

VIII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS III

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - FMU - São Paulo

Diretor Executivo - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UNICAP - Pernambuco

Representante Discente: Prof. Dr. Abner da Silva Jaques - UPM/UNIGRAN - Mato Grosso do Sul

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - SKEMA/ESDHC/UFMG - Minas Gerais

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UFERSA - Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Fernando Passos - UNIARA - São Paulo

Prof. Dr. Edinilson Donisete Machado - UNIVEM/UENP - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Claudia Maria Barbosa - PUCPR - Paraná

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Profa. Dra. Daniela Marques de Moraes - UNB - Distrito Federal

Comunicação:

Prof. Dr. Robison Tramontina - UNOESC - Santa Catarina

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto - UPM - São Paulo

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Profa. Dra. Sandra Regina Martini - UNIRITTER / UFRGS - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Claudia da Silva Antunes de Souza - UNIVALI - Santa Catarina

Educação Jurídica

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - PR

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - SP

Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS - MS

Eventos:

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - FDF - São Paulo

Profa. Dra. Norma Sueli Padilha - UFSC - Santa Catarina

Prof. Dr. Juraci Mourão Lopes Filho - UNICHRISTUS - Ceará

Comissão Especial

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UFRJ - RJ

Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - PB

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - MG

Prof. Dr. Rogério Borba - UNIFACVEST - SC

D597

Direitos sociais e políticas públicas III [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Fabio Fernandes Neves Benfatti; Gabrielle Scola Dutra; Zélia Luiza Pierdoná. – Florianópolis: CONPEDI, 2025.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5274-146-2

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Direito Governança e Políticas de Inclusão

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Direitos sociais. 3. Políticas públicas. VIII Encontro Virtual do CONPEDI (2; 2025; Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



VIII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS III

Apresentação

A presente obra é fruto dos artigos apresentados no Grupo de Trabalhos “DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS III”, coordenado pelos professores Fábio Fernandes Neves Benfatti, Gabrielle Scola Dutra e Zélia Luiza Pierdoná, no âmbito do VIII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI, evento organizado pelo Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPEDI), que reúne as pesquisas desenvolvidas por pesquisadores da área do Direito, com a temática central: Direito, Governança e Políticas de Inclusão, realizado entre os dias 24, 25, 26 e 27 de junho de 2025.

As pesquisas desenvolvidas no âmbito das políticas públicas e dos direitos sociais desempenham papel fundamental na formulação, implementação e avaliação de ações governamentais voltadas à promoção da justiça social e à redução das desigualdades.

As apresentações do GT foram organizadas em três blocos temáticos, nos quais os autores tiveram a oportunidade de expor suas pesquisas. Cada bloco foi encerrado com um espaço destinado ao debate, permitindo a troca de ideias, questionamentos e contribuições por parte dos participantes. Essa dinâmica favoreceu a ampliação do diálogo acadêmico, o aprofundamento das reflexões e o enriquecimento coletivo das discussões propostas.

A seguir, apresenta-se a descrição dos artigos apresentados em cada um dos blocos:

O artigo “POLÍTICAS PÚBLICAS E OMISSÃO ESTRUTURADA: O ESTADO E A (IN) VISIBILIDADE DE MULHERES EM TERRITÓRIOS DE DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS” (Autoria: Luana Cristina da Silva Lima Dantas) propõe uma análise

O artigo “POLÍTICA PÚBLICA DE CERTIFICAÇÃO E TITULAÇÃO DE TERRITÓRIO - JUDICIALIZAÇÃO E GOVERNANÇA: DESAFIOS INSTITUCIONAIS PARA AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS” (Autoria: Adriana Silva Tanisue) analisa os desafios institucionais enfrentados pelas comunidades quilombolas no processo de certificação e titulação de seus territórios, com foco na judicialização e na governança das políticas públicas relacionadas.

O artigo “A EFETIVAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA PESSOAS AUTISTAS NO BRASIL” (Autoria: Suellen Gardenia Santos Bastos) aborda a inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), a partir de uma análise dos desafios complexos, envolvendo aspectos legais, pedagógicos, estruturais e atitudinais.

O artigo “DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL AO NEOLIBERALISMO: NEGÓCIOS JURÍDICOS PÚBLICOS SUSTENTÁVEIS E DIREITO HUMANO AO DESENVOLVIMENTO” (Autoria: Bruno Luiz Sapia Maximo e Marlene Kempfer) parte de uma leitura sistemática da Constituição de 1988 para defender que é possível a intervenção do Estado sobre o domínio econômico, nos termos do artigo 174 da Constituição, por meio da celebração de negócios jurídicos sustentáveis, com empresas que possuam responsabilidade social. Dessa forma, Estado e empresas atuarão em busca da concretização de direitos sociais, imprescindíveis para a realização do direito humano ao desenvolvimento.

O artigo “INTERVENÇÃO NORMATIVA E DE INCENTIVO DO ESTADO SOBRE O DOMÍNIO ECONÔMICO: FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE URBANA, DIREITO SOCIAL À MORADIA E A SEGURANÇA JURÍDICA DO SISTEMA REGISTRAL BRASILEIRO” (Autoria: Karina Costanzi Fernandes e Marlene Kempfer) defende que é imprescindível garantir às pessoas a titulação com registro imobiliário, nos termos previstos na Lei nº 13.465/2017, o que representa uma intervenção normativa e de incentivo (art. 174 da Constituição Federal de 1988), fundamental para a inclusão no sistema econômico, com real possibilidade de realizar justiça social.

O artigo “CONCENTRAÇÃO URBANA - AMÉRICA LATINA, CARIBE E BRASIL: O CONFRONTO MORADIA X HABITAÇÃO - CONTORNOS DA PERIFERIA SOCIAL” (Autoria: Rogério Luiz Nery Da Silva e Pedro Rogério Gomes Nery da Silva) tem como objetivo provocar uma reflexão entre a situação urbana latino-americana/caribenha e o contexto do Brasil atual, com vistas a equacionar soluções às fragilidades do espaço urbano para atendimento das necessidades diretas e indiretas de habitação, mediante a adoção de políticas públicas específicas ou conexas de médio prazo.

O artigo “POLÍTICAS PÚBLICAS E REGULAÇÃO DIGITAL: A CONSTITUIÇÃO COMO FERRAMENTA DE GOVERNANÇA” (Autoria: Beatriz Soares Ferreira Braga) analisa os desafios jurídicos e institucionais associados à incorporação da inteligência artificial (IA) no setor público brasileiro, destacando a necessidade de um marco regulatório compatível com os princípios constitucionais. A crescente utilização de algoritmos em políticas públicas, aliada à coleta massiva de dados, apresenta riscos à privacidade, à equidade e à transparência, exigindo uma resposta normativa que vá além da regulação técnica.

O artigo “A POLÍTICA PÚBLICA DE GRATUIDADE DOS REGISTROS DE NASCIMENTO E ÓBITO COMO GARANTIDORA DE CIDADANIA NO BRASIL” (Autoria: Monica Olivo , Odisséia Aparecida Paludo Fontana e Luciane Aparecida Filipini Stobe) verifica o papel da política pública de gratuidade universal dos registros de nascimento e óbito como garantidora de cidadania.

O artigo “POLÍTICAS PÚBLICAS DE INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES A PARTIR DA TEORIA DE CAPACIDADES E LIBERDADE DE AMARTYA SEN” (Autoria: Emanoele Cristina da Silva Carraro , Odisséia Aparecida Paludo Fontana e Luciane Aparecida Filipini Stobe) parte da premissa de que integrar imigrantes em um novo país é um desafio que abrange fatores sociais, econômicos e culturais. Este artigo adota como fundamento teórico o papel da teoria das capacidades e liberdade de Amartya Sen, como um elemento essencial

O artigo “ALÉM DO TETO: DIREITO À MORADIA COMO DIREITO DA PERSONALIDADE E SUA EFETIVAÇÃO DIANTE DO DÉFICIT HABITACIONAL BRASILEIRO” (Autoria: Dirceu Pereira Siqueira e Isabela Teixeira de Menezes Reino) examina o direito à moradia como direito da personalidade e sua efetivação frente ao déficit habitacional brasileiro. Através da análise secundária dos dados do relatório "Déficit Habitacional no Brasil – 2016-2019" da Fundação João Pinheiro, investiga-se como os componentes do déficit habitacional revelam violações aos direitos da personalidade dos indivíduos afetados.

O artigo “FILHOS DA MORTE: PROTAGONISTAS DO CICLO DA VIOLÊNCIA E A (IN) EFICÁCIA DA LEI COMO PROTEÇÃO AOS ÓRFÃOS DO FEMINICÍDIO” (Autoria: Elaine Cristina Vieira Brandão e Ilton Garcia Da Costa) analisa o crime de feminicídio, com vistas a apontar os impactos desse crime no Brasil, com relação às suas vítimas indiretas: os órfãos do feminicídio – filhos da morte, vulnerabilizadas e invisibilizadas pela atenção do Estado e de parte da sociedade, o que as colocam como protagonistas do ciclo de violência ao qual estão inseridos, perpetuando de maneira progressiva esse grave problema social em nosso país.

O artigo “CADEIA PRODUTIVA DO AÇAÍ: DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DO PECONHEIRO ÀS MUDANÇAS NA RELAÇÃO DE TRABALHO E FAMILIAR OCACIONADOS PELA GLOBALIZAÇÃO DO FRUTO” (Autoria: Arielle Bianka dos Santos Calumby, Francisco Sérgio Silva Rocha e Valena Jacob Chaves) analisa os impactos da globalização na cadeia produtiva do açaí, destacando a precarização do trabalho dos peconheiros e as transformações nas dinâmicas familiares das comunidades ribeirinhas do Pará. Tradicionalmente consumido de forma local, o açaí tornou-se um produto de interesse global, o que intensificou a exploração dos trabalhadores e gerou mudanças sociais significativas.

O artigo “POLÍTICAS PÚBLICAS E EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS NO

Gabriel Antinolfi Divan) aborda a problemática da fundamentalidade dos chamados “direitos sociais” em termos constitucional, em confronto com a lógica neoliberal, que lhe serve de entrave. O texto focaliza uma duplicidade de efeitos e visualização dessa lógica neoliberal, que se apresenta de forma biunívoca, tanto como ideologia governamental minimalista e precarizante como quanto discurso de subjetividade, forjando novas formas de cidadania.

O artigo “DESENVOLVIMENTO HUMANO, SOCIEDADES DESIGUAIS E DIREITOS HUMANOS” (Autoria: Anna Paula Bagetti Zeifert, Vitória Agnoletto e Eduardo Franco da Rosa) analisa as vulnerabilidades que afligem parcela significativa da população brasileira, o que requer uma avaliação que possa conduzir a uma compreensão dos motivos, dimensões e consequências, de maneira a orientar a formulação de políticas sociais que possam colaborar na sua mitigação.

O artigo “A EFETIVAÇÃO DAS NORMAS SOBRE DIREITOS SOCIAIS PELO PODER JUDICIÁRIO NO BRASIL: ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL SOB A ÓTICA DO CONSTITUCIONALISMO TRANSFORMADOR” (Autoria: Thiago Phileto Pugliese) discute o papel do Poder Judiciário, notadamente do Supremo Tribunal Federal, na democratização do acesso aos direitos sociais, e em que medida essa atuação pode ser considerada legítima, sob a ótica do conceito de constitucionalismo transformador. Busca, ainda, compreender o papel dos Poderes Estatais e apresentar condições, para que se possa falar em convergência no desempenho de suas funções típicas, que concretizem os comandos constitucionais em larga escala.

O artigo “A PRECARIEDADE NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: POLÍTICAS PÚBLICAS, PROTEÇÃO DE DADOS, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITO” (Autoria: Daniel David Guimarães Freire) analisa criticamente a interseção entre capitalismo da precariedade, inteligência artificial (IA), proteção de dados e Direito. A partir das contribuições teóricas de Albena Azmanova e Slavoj Žižek, discute como a precariedade socioeconômica, antes restrita a grupos marginalizados, tornou-se um traço estrutural das

considerado um governo de muitos. A participação efetiva ou inclusão real no processo decisório é constatada quando a população tem suas necessidades atendidas. Para traçar o cenário de evolução desses direitos, é apresentado um resumo histórico das previsões nas sete constituições brasileiras.

O artigo “ENTRE O PASSADO E O PRESENTE: A EXCLUSÃO HISTÓRICA DOS CIGANOS E O DIREITO À MORADIA” (Autoria: Jéssica Andrade Santiago e Thais Novaes Cavalcanti) apresenta a história cigana, juntamente com a origem do racismo por eles enfrentados, desde o início do nomadismo. Além disso, pretende mostrar qual é a situação atual desta etnia e se a Constituição Federal de 1988, com os direitos fundamentais, especialmente o de moradia, está tendo plena eficácia, alcançando essa etnia, historicamente marginalizada pela sociedade não-cigana.

O artigo “A ATUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: O PAPEL DA PROCURADORIA PÚBLICA PARA ALÉM DA REPRESENTAÇÃO JUDICIAL OU DA FASE DE CONTROLE” (Autoria: Emerson Affonso da Costa Moura) problematiza a atuação da procuradoria municipal, no que se refere às políticas públicas, defendendo o redimensionamento do papel estrito de advocacia estatal de defesa dos interesses do ente público, para, no exercício de suas funções de consultoria e assessoria, contribuir com as demais etapas do ciclo de políticas públicas na concretização dos bens e valores da ordem constitucional plural, no Estado Democrático de Direito.

O artigo “DESIGUALDADES SOCIAIS E IDENTIDADE: COMPREENDENDO O PAPEL DOS INDICADORES SOCIAIS DO BRASIL NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA” (Autoria: Kenza Borges Sengik , Marcus Geandré Nakano Ramiro) apresenta uma análise da identidade, num contexto de um país com desigualdades multidimensionais. Os índices sociais comprovam as desigualdades sociais no Brasil, de modo que é imperioso observá-los ao estudar a temática “identidade”.

Zélia Luiza Pierdona

Universidade Presbiteriana Mackenzie (MACKENZIE)

DESIGUALDADES SOCIAIS E IDENTIDADE: COMPREENDENDO O PAPEL DOS INDICADORES SOCIAIS DO BRASIL NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

SOCIAL INEQUALITIES AND IDENTITY: UNDERSTANDING THE ROLE OF BRAZIL'S SOCIAL INDICATORS IN SHAPING IDENTITY IN CONTEMPORARY SOCIETY

Kenza Borges Sengik ¹
Marcus Geandré Nakano Ramiro ²

Resumo

O estudo objetiva apresentar uma análise da identidade num contexto de um país com desigualdades multidimensionais. Os índices sociais comprovam as desigualdades sociais no Brasil, de modo que é imperioso observá-los ao estudar a temática “identidade”. O estudo se dá em três partes, iniciando pela observação da identidade no contexto da pós-modernidade. A segunda tem como objeto entender a importância dos indicadores sociais e trazer seus dados. Por fim, a identidade é observada num contexto de desigualdades sociais. O método escolhido foi o dedutivo, com o objetivo de trazer conceitos sobre identidade, desigualdade social e sociedade na pós-modernidade, partindo de referenciais teóricos para a análise da realidade brasileira contemporânea. Propõe-se uma visão crítica social, em que se discute as relações dos temas estudados. A pesquisa constitui o início de um percurso investigativo maior, com necessária continuidade para a efetiva promoção de políticas públicas inclusivas e para o fortalecimento da dignidade humana em sua dimensão cultural e social.

Palavras-chave: Desigualdades sociais, Identidade, Pós-modernidade, Indicadores sociais, Políticas pública

Abstract/Resumen/Résumé

The study aims to present an analysis of identity within the context of a country marked by multidimensional inequalities — Brazil. Social indicators demonstrate the existence of social inequalities in the country, making it essential to consider them when studying the theme of

theoretical frameworks to analyze the contemporary Brazilian reality. A critical social analysis is proposed, discussing the interrelations among the studied themes. The research constitutes the beginning of a broader investigative journey, requiring further development to effectively promote inclusive public policies and strengthen human dignity in its cultural and social dimensions.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Social inequalities, Identity, Postmodernity, Social indicators, Public policies

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem por objetivo trazer uma análise da identidade no contexto brasileiro contemporâneo marcado por desigualdades sociais. O tema identidade possui grande importância numa sociedade de constantes transformações e adaptações às novas realidades marcadas pela globalização e pela digitalização da vida humana. Estudar identidade no Brasil requer que os olhares se debrucem para os índices sociais que demonstram o que é de conhecimento geral – o Brasil é um país de desigualdade social multidimensional.

O estudo se divide em três partes. Num primeiro momento, o conceito de identidade é traçado, destacando teorias que defendem a identidade como fruto das relações sociais. Tentou-se trazer estudiosos de épocas diversas com o intuito que o entendimento ainda continua verdadeiro – o ser humano é resultado do contexto social que vivencia. Os indicadores sociais são trazidos no segundo item de estudo, em que as desigualdades sociais do país são analisadas pela doutrina e instituições governamentais.

O terceiro viés do estudo alinha a proposta de relacionar a identidade com as desigualdades sociais do país no intuito de trazer à tona as consequências das tantas desigualdades na construção da identidade do ser humano. Afinal, é possível vislumbrar que nem todos possuem as mesmas oportunidades econômicas e sociais.

A metodologia utilizada é de pesquisa bibliográfica sobre os temas em destaque como identidade, pós-modernidade, indicadores sociais e desigualdades sociais. Ainda, com a finalidade de comprovar a importância dos indicadores, dados são trazidos para uma real ideia do cenário brasileiro, tornando-se também documental.

O presente estudo adota o método dedutivo, partindo de referenciais teóricos sobre identidade, desigualdade social e indicadores sociais para a observação da realidade brasileira no contexto da sociedade contemporânea. Propõe-se uma abordagem teórica com uma análise crítica social, em que se discute as relações desigualdade e identidade, muito ligada aos autores estudados.

Trata-se de um convite para o início de uma jornada densa e complexa de apreciação da identidade no contexto do Brasil, país de múltiplas desigualdades. Assim, o trabalho não tem a pretensão de esgotar a complexidade da temática, mas de contribuir para a reflexão crítica sobre o impacto das desigualdades sociais na identidade pós-moderna, reforçando a necessidade de estudos interdisciplinares contínuos que valorizem os dados empíricos e a realidade social como bases fundamentais para a compreensão do ser humano na sociedade atual.

2 A IDENTIDADE NO CONTEXTO SOCIAL “PÓS-MODERNO”

No decorrer da vida de uma pessoa, ela assume vários papéis, várias formas e identidades. O processo de amadurecimento, bem como de necessidades que o meio exige, acabam por moldar as ideias, os desejos e os comportamentos da pessoa. Assim, é possível reconhecer a multiplicidade de identidades e suas facetas, até mesmo numa mesma pessoa considerada.

Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é “preenchida” a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos outros. (Hall, 2020, p. 29.)

O conceito de si não é meramente dizer seu próprio nome, saber quem são seus pais (genealogia). É muito mais além. Charles Taylor afirma que para dizer “quem eu sou” é necessário reconhecer o que tem valor para si. “Minha identidade é definida pelos compromissos e identificações que proporcionam a estrutura ou o horizonte em cujo âmbito posso tentar determinar caso a caso o que é bom, ou valioso, ou o que se deveria fazer ou aquilo que endosso ou a que me oponho.” Ou seja, “trata-se do horizonte dentro do qual sou capaz de tomar uma decisão.” (Taylor, 2013, p. 44.)

Jean Piaget defendia que o homem normal não era o mesmo ser social em todas as fases de suas idades. O ser humano adulto não é o mesmo que era na infância, justamente por se relacionar de forma diferente com o contexto social. As trocas externas no decorrer da vida acabam por construir o ser social adulto que se relaciona com o outro de maneira diferente que uma criança. Interessante o entendimento de Piaget sobre personalidade:

A personalidade não é o “eu” enquanto diferente dos outros “eus” e refratário à socialização, mas é o indivíduo se submetendo voluntariamente às normas de reciprocidade e de universalidade. Como tal, longe de estar à margem da sociedade, a personalidade constitui o produto mais refinado da socialização. Com efeito, é na medida em que o “eu” renuncia a si mesmo para inserir seu ponto de vista próprio entre os outros e se curvar assim às regras da reciprocidade que o indivíduo torna-se personalidade. (Taille, 2019, p. 18.)

Em coletividade, o indivíduo é influenciado pelo meio e influencia onde está. Existe uma dinâmica de relação direta entre ser humano e sociedade, de modo que se pode conjecturar que a “personalidade é processo resultante da síntese de aspectos objetivos e subjetivos, produto da atividade individual condicionada pela totalidade social, constituindo se como

autoconstrução da individualidade graças à atividade e consciência historicamente construídas”. (Martins, 2007, p. 91 - 92).

Um dos precursores sobre a relação da social na formação da mente humana é Vygotsky. Para ele, a mente humana é formada por um processo complexo dialético de relações com o social, o que diferencia e distancia o homem dos animais.

Ao longo do desenvolvimento das funções superiores – ou seja, ao longo da internalização do processo de conhecimento – os aspectos particulares da existência social humana refletem-se na cognição humana: um indivíduo tem a capacidade de expressar e compartilhar com os outros membros de seu grupo social o entendimento que ele tem da experiência comum ao grupo.¹ (Vygotsky, 2007, p. 165-166)

Edgar Morin (2015) propõe uma reflexão essencial ao destacar que, na estrutura social contemporânea, cada indivíduo carrega em si elementos da sociedade — como costumes, linguagem e cultura —, ao mesmo tempo em que imprime nela sua própria singularidade. Dessa interação dinâmica, resulta a construção coletiva do universo social, marcado por uma reciprocidade contínua: os indivíduos moldam a sociedade, assim como são, por ela, moldados.

Morin ainda destaca que a compreensão é meio e fim da comunicação humana. Primeiro, a pessoa precisa se compreender como humano, e, assim compreender o outro, com empatia e simpatia. A compreensão como humano é essencial. E, mais, ele traz que duas são as grandes necessidades individuais: ser reconhecido pelo e a realização das próprias aspirações. Afinal, “Em nossa identidade de indivíduo social, carregamos a alteridade da sociedade. Em nossa identidade de sujeito pensante, carregamos a herança genética da humanidade e a herança pulsional de nossa animalidade. Com isso, chegamos a certo número de noções que nos permitem religar em vez de separar.” (Morin, 2015, p. 114.)

As diversas possibilidades de vivências dos indivíduos em sociedade fazem surgir, então, as inúmeras identidades, que marcam o presente, o passado e o futuro. Afinal, as diferenças sociais, econômicas, políticas, contextos familiares, educação etc. constroem o ser humano. Pode-se entender, então, que identidade é o *self* enquanto sujeito.

No estudo da identidade, constata-se que a identidade fixa, essencial ou permanente não existe mais na sociedade que se transforma constantemente, o que se chama de “celebração móvel”. A identidade é resultado da historicidade do ser humano e não dos aspectos biológicos. Hall completa:

¹ Trecho do Posfácio da obra escrito por Vera John-Steiner e Ellen Souberman.

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com as quais poderíamos nos identificar a cada uma delas – ao menos temporariamente. (Hall, 2020, p. 9.)

Para Zygmunt Bauman o desafio de “autoidentificação” “tem pouca chance de ser concluída com sucesso e de modo plenamente satisfatório”, e, acrescenta, “É provável que fiquemos divididos entre o desejo de uma identidade de nosso gosto e a escolha e o temor de que, uma vez assumida essa identidade, possamos descobrir, como o fez Peer Gynt, que não existe uma “ponte, se você tiver de bater em retirada”.” (2021, p. 105.)

A identidade social se relaciona à interação do indivíduo em um grupo, já que é fruto das interações sociais e também representa características de um determinado grupo de pessoas. A relação de inclusão e exclusão desse grupo significa a presença ou ausência de pertencer a mesma ou diferente identidade social. (Berlato, 2009) “Identidade social deve ser entendida como a forma pela qual os indivíduos se percebem dentro da sociedade em que vivem e pela qual percebem os outros em relação a eles próprios.” (Tilio, 2009, p.110.)

Para lapidar o tema identidade, ainda é preciso reconhecer que ela tem de transformado numa velocidade, pode-se qualificar como assustadora na contemporaneidade não podendo ser menosprezada. A “sociedade pós-moderna” é marcada por transformações constantes, rápidas e permanentes, gerando o distanciamento da tradição, dos símbolos exaltados e da valorização do passado – marcas da “sociedade tradicional”. Hall destaca as “descontinuidades” que marcam a sociedade moderna já que as mudanças do tempo e do espaço resultam em modificações profundas na extensão da interconexão social e na intensidade da existência do ser humano. (Hall, 2020.)

A identidade moderna é marcada por rupturas e fragmentações internas, sendo definida pela diversidade, pela multiplicidade de identidades e pelas distintas posições de sujeito assumidas pelos indivíduos. As antigas identidades, responsáveis por conferir estabilidade ao mundo social por longos períodos, estão em processo de declínio, dando lugar ao surgimento de novas identidades e provocando a fragmentação do indivíduo moderno, antes concebido como um sujeito unificado. (Hall, 2020.) Há, na realidade, a “perda de um sentido de si”: “Esta perda de um ‘sentido de si’ estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento – descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos – constitui uma ‘crise de identidade’ para o indivíduo”. (Hall, 2020, p. 6.)

Bauman, em entrevista sobre identidade destaca que “No admirável mundo novo das oportunidades fugazes e das seguranças frágeis, as identidades ao estilo antigo, rígidas e inegociáveis, simplesmente não funcionam” (2021, p. 33.). Ele, ainda, frisa uma outra dificuldade: “As “identidades” flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas”. (2021, p. 19.)

A fluidez das relações das pessoas, marcadas pela flexibilidade e expansividade do tempo moderno, acaba por resultar em sujeitos que não possuem uma única e sólida identidade, mas que busca nos bens materiais o sentimento de pertencimento a grupos, grupos esses que também mudam, modificam e se transformam na mesma liquidez. “No estado fluído da modernidade, a maioria assentada é dominada pela elite nômade e extraterritorial.” (Bauman, 2001, p. 22).

Ao enfrentar o desafio de olhar para a identidade no contexto do Brasil na atualidade, é inevitável começar pela atualidade e seus aspectos. Eduardo Carlos Bianca Bittar destaca que a pós-modernidade não é apenas um movimento intelectual, ou conjunto de críticas quanto ao período anterior (a modernidade). Há sim mudanças de valores, costumes sociais e institucionais, conquistas e também desestruturas sociais. Não há ao certo quando a pós-modernidade deu início, uma data, um evento. Há a “instauração de uma nova ordem, que irrompe trazendo novas concepções e novos modos de ser”. Interessante que não há uma corrente filosófica a ser seguida, uma unidade. Essas mudanças geram instabilidade, erosões e erupções. (Bittar, 2008, p. 134.)

Não há um marco definido entre a modernidade e a pós-modernidade, tanto que sua nomenclatura não é unânime, mas o que se tem é que a pós-modernidade se trata de uma fase de “amadurecimento social, político, econômico e cultural, que haverá de alargar-se por muitas décadas até sua consolidação” (Bittar, 2008, p. 137.). Trata-se de uma procura de novos “referenciais possíveis para a estruturação da vida (cognitiva, psicológica, afetiva, relacional etc.) e do projeto social (justiça, economia, burocracia, emprego, produção, trabalho etc.)”. (Bittar, 2008, p. 137.)

Observa-se, então, que as transformações da contemporaneidade afetaram e afetam também o modo das pessoas se identificarem e criarem laços de pertencimento na sociedade marcada pela fluidez. Essas transformações do modo de agir em sociedade e de identificar são ainda mais influenciadas pelas desigualdades apresentadas na pesquisa e, também, é possível afirmar que as desigualdades sociais acabam por agravar os contextos de transformações

sociais. Há uma relação direta entre o contexto social vivido e a construção da identidade do sujeito.

3 BRASIL E SUAS DESIGUALDADES: A IMPORTÂNCIA DOS INDICADORES SOCIAIS

Após as grandes guerras, o mundo foi marcado pela consolidação do Estado do Bem-estar social “que garantiu elevado nível desenvolvimento econômico, social e cultural”. No Brasil, esse desenvolvimento foi tardio e com a globalização, somada com o neoliberalismo, houve não uma evolução, mas o contrário, há um quadro de “retrocesso em termos de direitos e políticas sociais, acentuando a concentração da riqueza e ampliando, sobremaneira, as desigualdades sociais.” O contexto ainda foi agravado com crises econômicas, políticas e a pandemia da Covid-19. (Schonardie, 2024, p. 172.) Sobre as vulnerabilidades do país é possível vislumbrar:

(...) as vulnerabilidades no Brasil são influenciadas por vários fatores, ligados principalmente aos aspectos históricos, políticos e econômicos. A origem da pobreza no país é estrutural, resultado de uma organização social marcada por numerosas desigualdades e violações de direitos humanos, centrada na população mais carente de acesso a direitos sociais básicos. A situação de empobrecimento acarreta impactos importantes na sociedade, sobretudo no que diz respeito ao comprometimento do desenvolvimento humano e do bem-estar. (Zeifert, 2024, p. 150.)

A grosso modo, a palavra “desigualdade” representa um desequilíbrio entre partes perante um atributo considerado. Ao afirmar que existe uma desigualdade está-se fazendo um processo de comparação entre pessoas (grupos, objetos) e que não existe uma igualdade no tocante ao aspecto analisado. “A desigualdade é uma relação entre pessoas ou conjuntos de pessoas na qual a interação gera mais vantagens para um dos lados.” (Schonardie, 2024, p. 175.)

Importante entender que ideal no presente contexto é utilizar no plural – desigualdades sociais como bem pontua Elenise Schonardie. Multiplicidade e complexidade são características das desigualdades sociais, vez que não são estáticas, são diversas e muitas vezes se mostram controversas e contraditórias, dependendo do olhar que se têm por elas. Ainda, é preciso esclarecer contexto no tempo e no espaço que se pretende analisar (Schonardie, 2024.).

Outros três atributos merecem atenção nas desigualdades sociais atuais – atualidade, a multidimensionalidade e a globalidade:

No que diz respeito às desigualdades sociais contemporâneas é importante mencionar as características que as compõem, a saber: a atualidade, na medida em as desigualdades são significativas nos dias atuais; a

multidimensionalidade, na abrangência de diferentes e diversas vertentes e domínios em que podem se apresentar, e a globalidade, pois em um mundo fortemente interdependente, as desigualdades globais têm repercussões decisivas para todos os níveis espaciais e territoriais. (Schonardie, 2024, p. 174.)

As desigualdades sociais são inúmeras e as suas consequências talvez sejam incalculáveis. A pobreza e a escassez não são apenas de ordem econômica, mas social, cultural, educacional, nutricional, de saúde, de segurança e de acesso ao lazer. Nesse ponto, a pesquisa destaca os impactos das desigualdades sociais na identidade, tendo em vista que há um grande abismo quanto ao desenvolvimento humano de parte da população que vive na escassez de recursos.

O Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea, 2024) defende que o “desenvolvimento humano é o processo de ampliação das liberdades das pessoas, com relação às suas capacidades e às oportunidades a seu dispor, para que elas possam escolher a vida que desejam ter.” É preciso estabelecer “condições mínimas para uma vida digna, como a garantia de acesso a bens, oportunidades e direitos. O combate às graves desigualdades (...) é imprescindível para que se possa promover um desenvolvimento com dignidade, atenuando os impactos da pobreza em suas múltiplas dimensões.” (Zeifert, 2024, p. 152.)

Importante conjecturar que dentro das desigualdades há três espécies que se mostram gritantes em sociedades desiguais: desigualdades vitais; desigualdades existenciais e desigualdades de recursos. As primeiras se referem à vida, morte e saúde. Inclusive nessa dimensão que se questiona a preponderância de algumas doenças a alguns grupos sociais. As segundas, existenciais, refletem aos direitos, liberdades, reconhecimentos trazendo à tona as marginalizações, as estigmatizações sociais. E, o terceiro grupo, das desigualdades de recursos que “incluem as desigualdades de rendimentos e riqueza, de escolaridade, de qualificação profissional, posição hierárquica nas organizações e redes sociais, de competências cognitivas e culturais” (Schonardie, 2024, p. 179.)

Quando se analisa desigualdades sociais, é preciso ter condições de responder três perguntas: desigualdade de quê?; desigualdade entre quem? E desigualdades em que escala? (Schonardie, 2024.) Afinal, quando se pretende entender de fato um contexto, ele precisa ser bem definido para que não haja conclusões erradas ou equivocada ou distorcidas da realidade.

O Brasil é um país de muitas desigualdades e pode-se ver com os indicadores que a pobreza não é apenas no aspecto financeiro. A pobreza representa a dificuldade ou até o não acesso a serviços essenciais – saúde, educação, saneamento, rede de esgoto, água potável, moradia etc., de modo a afetar a vida do indivíduo em dimensões variadas – social, cultural,

política. E essa ausência de recursos faz com que haja redução de “oportunidades de acesso às condições mínimas para a experiência de uma vida digna de ser vivida.” (Zeifert, 2024, p. 142.)

Esse contexto é debatido há décadas e visivelmente comprovado, basta andar pelas cidades, bairros, regiões, universidades, hospitais, escolas, etc. Como bem representa a expressão "Do Oiapoque ao Chuí", pontos extremos, tem-se vários “Brasis” dentro do Brasil e com grandes discrepâncias, não apenas no grande território brasileiro como dentro dos próprios Estados federados e, ainda, nas cidades.

Entretanto, para se afirmar uma desigualdade é preciso analisar os indicadores sociais do país. “Indicadores sociais são as estatísticas, séries estatísticas e outras formas de evidência, que permitam compreender de onde viemos, onde estamos e em qual direção estamos indo, em relação a valores e objetivos sociais.” (Astolfi, 2023, p. 55.) São os indicadores que trazem a real situação do mundo em números. Até a década de 60, eles não eram olhados com tamanha importância, estando muitas vezes até defasados. Foi na década de 60 que surgiu o que foi denominado de “Movimento dos Indicadores Sociais”:

Os indicadores sociais foram adotados por uma diversidade de instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, para contribuir em relação ao conhecimento da realidade social e direcionar a tomada de decisões a respeito da elaboração de políticas públicas, financiamentos, *rankings*, acordos de metas, entre outras finalidades. Instituições multilaterais (Organização das Nações Unidas – ONU, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, Organização Mundial de Saúde – OMS e Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL, dentre outros) estão entre os mais notórios usuários desse tipo de informação, produzindo relatórios sociais dos mais diversos tipos, que servem para contribuir com o direcionamento da tomada de decisão de governos, empresas e instituições não governamentais. (Astolfi, 2023, p. 56.)

Os indicadores servem, em especial, para a averiguação das condições que um grupo, uma sociedade, uma situação pontual ou a coletividade tem vivido. Além de serem especialmente importantes, para elaboração de políticas públicas, acompanhamento de políticas existentes e também comprovação de eventuais mudanças que se espera desses índices a partir de alguma política realizada. Do conhecimento do contexto, ao planejamento, implementação e avaliação de uma política. (Astolfi, 2023.)

No tocante ao Brasil e ao tema que se propôs analisar, alguns dados serão destacados não sendo objetivo exaurir todos os índices existentes, mesmo porque seria uma tarefa bem complexa na limitação que caracteriza a presente pesquisa. No Brasil, quem é responsável pelos indicadores é o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. “O pioneirismo do IBGE

na produção de indicadores sociais remete à criação, em 1973, do Grupo Projeto de Indicadores Sociais.” (IBGE, 2023, p. 9.)

Primeiro dado importante aqui é a taxa de empobrecimento que o IBGE traz a partir de dados fornecidos pelo Banco Mundial. Importante destacar que para ser considerado parcela de grande miséria a renda deve ser menor de US\$ 1,90 por dia, equivalente a cerca de R\$ 168,00 mensais. Já para considerar como carente, o valor é de US\$ 5,50 por dia, equivalente a cerca de R\$ 486,00 por mês em termos atuais.

Nos últimos anos, de acordo com as mais recentes informações divulgadas pelo IBGE (2024), a taxa de pobreza vem sofrendo variações: em 2022, 9,6% da população estava na condição de extrema pobreza, o equivalente a 19,5 milhões de pessoas. Essa realidade altera-se até 2023, quando 2,6 milhões deixaram a condição de miséria, porém a realidade da pobreza permanece com índices que indicavam 27,5% da população nessas condições. (Zeifert, p. 148.)

Schonardie também destaca os índices fornecidos pelo RI-Social – Relatório de Informações Sociais, disponibilizados pelo MDS – Ministério do Desenvolvimento, Assistência Social e Combate à Fome. Esses dados retratam a população que não integra o mercado formal de trabalho e se encontra em situação de pobreza ou extrema pobreza e que estão cadastradas para receberem o valor mensal de R\$600,00 (seiscentos reais) do Programa Bolsa Família:

No mês de junho de 2024 há 49.959.434 brasileiros em situação de pobreza e 18.560.947 brasileiros em situação de baixa renda. Essas pessoas estão cadastradas no sistema do MDS para fins de recebimento do valor mensal de R\$ 600,00 (seiscentos reais) pagos pelo Programa Bolsa Família, que é um programa federal de transferência direta e indireta de renda destinado às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. (Schonardie, 2024, p. 182.)

Observa-se, então, de maneira triste que “o total de brasileiros em situação de pobreza e extrema pobreza, grosso modo, corresponde a cerca de um terço da população nacional e estão desigualmente distribuídos pelo território nacional.” (Schonardie, 2024, p. 182.) Sobre pobreza, em 2023, houve um avanço e Relatório do Observatório Brasileiro das Desigualdades aponta queda de 40% da extrema pobreza, ou seja, 8,5 milhões de brasileiros, diminuição essa vinculada ao retorno de políticas sociais. (BRASILa, 2024.)

Houve queda do índice da fome no país, com queda de 85% da insegurança alimentar severa no Brasil em 2023, ou seja, 24,4 milhões de pessoas. Um dado interessante é que “entre

as mais de 20,7 milhões de famílias beneficiadas em agosto pelo Bolsa Família, 17,33 são chefiadas por mulheres (83,5%). Das mais de 54,53 milhões de pessoas, 31,73 milhões são do sexo feminino (58,2%) e 39,74 milhões são de cor preta/parda (73%).” (BRASIL, 2024.)

Um estudo importante é o Relatório do Observatório Brasileiro das Desigualdades, coordenado pela ABCD – Ação Brasileira de Combate às Desigualdades, sendo última edição até então o de 2024, que destaca vários índices vinculados à desigualdades no país:

O Observatório Brasileiro das Desigualdades tem como objetivo monitorar as desigualdades no Brasil por meio de indicadores selecionados. Esses indicadores permitem que governo e sociedade acompanhem avanços e retrocessos, identifiquem prioridades e entendam quais políticas públicas precisam ser aprimoradas. As áreas abordadas incluem educação, saúde, renda, segurança alimentar, segurança pública, representação política, clima e meio ambiente, acesso a serviços básicos e desigualdades urbanas. As desigualdades de raça/cor, gênero e entre regiões brasileiras são eixos transversais de análise. (ABCD, 2024, p. 3.)

Conforme o Ministério da Educação (MEC) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), traz dados sobre o ingresso na educação superior logo após a conclusão do ensino médio:

Dos concluintes do ensino médio em 2022, 27% ingressaram na educação superior em 2023. Quando se observam os concluintes do ensino médio de escolas federais, essa proporção sobe para 58% (comportamento similar aos concluintes das escolas privadas, com 59%). Os alunos oriundos de escolas estaduais ficaram abaixo da média: apenas 21% ingressaram no ensino superior logo após concluírem o ensino médio. Os estudantes que concluíram o ensino médio articulado com a educação profissional (integrado ou concomitante) também tiveram mais facilidade para ingressar na educação superior no ano seguinte. Desse grupo, 44% entraram em um curso de graduação logo após a formatura, outro número acima da média.

Quando observados aqueles que concluíram o ensino médio na modalidade regular e na educação de jovens e adultos (EJA), o percentual é de 30% e de 9%, respectivamente. O mesmo recorte também foi feito por localização da escola: 27% dos estudantes das escolas urbanas ingressaram na educação superior imediatamente após a conclusão da educação básica, enquanto os das escolas rurais foram 16%. (BRASILb, 2024.)

Uma grande desigualdade observa-se quanto ao ingresso na rede pública e na rede privada. No total, houve mais de 4,9 milhões de iniciaram uma graduação em 2023, sendo que 88,6% (4.424.903) na rede privada e 11,4% (569.089), na rede pública. Na rede privada, houve maior ingresso na modalidade EaD de 73% (3.226.891) do que na presencial 2% (1.198.012); ao contrário do que na rede pública, em que em EaD foram 15% (87.511) e presencial 85% (481.578). (INEP, 2024.)

Ainda sobre educação superior, quanto ao Percentual de ingresso na educação superior após finalização do ensino médio, por cor-raça, de 2014-2022, 37% é da raça branca, 33% amarela; 20% parda; 17% preta; 12% indígena. No Brasil, quanto ao número de instituições de ensino superior, em 2023, a região sudeste possui 1093, nordeste 604, sul 396, centro-oeste 290 e norte 197. (INEP, 2024.)

Quanto ao analfabetismo funcional, considerando de 15 a 64 anos, a taxa do país é de 29,4% da população e enquanto regiões, tem-se: 42,1 (nordeste); 30,1 (Norte/Centro Oeste); 27,8 (Sul) e 21,6 (Sudeste). Os dados ainda refletem que “No Nordeste e no Sudeste, os homens sofriam com as maiores taxas de analfabetismo funcional (46,1% e 24,9%, respectivamente). Com exceção da região Nordeste, a taxa de analfabetismo funcional afeta principalmente a população negra.” (ABCD, 2024, p. 20.)

O Brasil ainda tem um índice de educação superior completo baixo, sendo de 19,7% da população. Os motivos que dão para não ingressarem no ensino superior são indicados como: precisa trabalhar: 45,6%; não tem escola na localização, vaga, curso de interesse ou turno desejado: 2,5%; Falta de dinheiro para pagar as despesas: 1,5%; Por ter que realizar os afazeres domésticos e cuidar de pessoas: 15,7%; Problemas de saúde permanente: 5,3%; Não tem interesse: 23,4%. (IBGE.)

Quando o assunto é saúde, as desigualdades são preocupantes. A saúde reflete a qualidade de bem-estar e espelham a pobreza, exclusão social e vulnerabilidade. “Fatores como renda, educação, ocupação, condições de moradia e acesso a serviços de saúde são determinantes críticos que influenciam a saúde das populações. A distribuição desigual desses determinantes segundo renda, raça/cor, gênero ou região de residência está por trás de grande parte das desigualdades de saúde entre diferentes grupos sociais.” (ABCD, 2024, p. 24.)

A mortalidade infantil (mortes até primeiro ano de vida) na região norte é de 15%, enquanto que a do país é de 13%, sendo da região sul, de 10%, a cada 1000 nascimentos, dados

disponíveis de 2022. A proporção de óbitos por causas evitáveis² (óbitos que poderiam ser evitados por políticas públicas), de 5 a 74 anos de idade, dados de 2021 e 2022, tem-se uma desigualdade alarmante. Últimos dados de 2022 trazem como óbitos evitáveis: 50% do homem negro; 38% para homem não negro; 36% para mulher negra e 25% para mulher não negra. O índice nacional foi de 37% de óbitos poderiam ser evitados. (ABCD, 2024, p. 29.)

Em abril de 2025, a FGV divulgou índices de diminuição de desigualdade social no país, com crescimento de 10,7% nos ganhos mais pobres com a renda provinda do trabalho no ano de 2024, divergindo 50% a mais em comparação com os mais ricos.

O avanço foi atribuído à combinação entre geração de empregos formais e à Regra de Proteção do Bolsa Família, que permite aos beneficiários permanecerem no programa por até dois anos, mesmo depois de conseguirem emprego com carteira assinada ou aumento de renda. Nesse caso, a família recebe 50% do valor do benefício. Em 2023, o Bolsa Família foi retomado pelo Governo Federal com aumento de 44% no valor médio recebido por beneficiário em função de novas categorias que espelham melhor o número de crianças, gestantes e nutrizes na composição familiar. No ano passado, 75,5% das vagas criadas no mercado formal de trabalho foram ocupadas por beneficiários do Programa Bolsa Família e 98,8% por pessoas inscritas no Cadastro Único, conforme mostra o cruzamento de dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) e do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. (BRASIL, 2025.)

Há, ainda, uma melhora da inclusão socioeconômica que decorreu do aumento da escolaridade de formação ao trabalhador:

ESCOLARIDADE E MENOR MÉDIA DE DESEMPREGO – O aumento da escolaridade também foi mais expressivo no grupo de mais baixa renda, o que indica ganho estrutural importante para a redução da desigualdade. Outro fator que impulsionou o cenário positivo foi a queda do desemprego, com impacto maior na base da distribuição, contribuindo significativamente para o aumento da renda dos mais pobres. Em 2024, o Brasil atingiu a menor média de desemprego já registrada na história: 6,6%.

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL – Para o ministro Wellington Dias, investir na qualificação profissional e na inclusão socioeconômica é essencial para superar a pobreza e alcançar uma vida digna. “Quando qualificamos e incluímos pessoas, não estamos só tirando elas da pobreza. Estamos

² O relatório traz a seguinte nota explicando: “As causas evitáveis são classificadas a partir da Classificação Internacional de Doenças (CID-10) e lista disponibilizada pelo ministério da Saúde. Elas correspondem a óbitos que são preveníveis por: (i) ações de imunoprevenção; (ii) ações de promoção à saúde, prevenção, controle e atenção às doenças de causas infecciosas; (iii) ações adequadas de promoção à saúde, prevenção, controle e atenção às doenças não transmissíveis; (iv) ações adequadas de prevenção, controle e atenção às causas de morte materna; (v) intersetoriais adequadas de promoção à saúde, prevenção e atenção às causas externas.” (ABCD, 2024, p. 29.)

devolvendo sonhos, dignidade e o direito de escrever o próprio futuro. Essa é a base para um Brasil mais justo e desenvolvido". (BRASIL, 2025.)

Observa-se que há um conhecimento popular de que o Brasil é o país de muitas desigualdades e, infelizmente, é uma realidade que os dados comprovam. Há uma melhora nos últimos anos, entretanto, está-se longe de atingir uma igualdade material que tanto a Constituição Federal Brasileira prega e legitima como um direito no país. Algumas desigualdades acabam por influenciar, e muito, a vida em sociedade, de modo que é praticamente impossível defender que a construção da sociedade seja igual em todo território brasileiro.

4 A IDENTIDADE NO CONTEXTO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS

A sociedade das últimas décadas mudou e tem mudado muito e rapidamente. Eis uma realidade resultado das transformações globais – globalização e digitalização do mundo. Por mais que haja divergência quanto ao nome dessa sociedade, é preciso compreender que contexto social a pesquisa se dá e como os sujeitos de direito se organizam no núcleo social que permeiam - as cidades.

Saskia Sassen traz como cidades globais os arranjos urbanos – cidades – com as grandes transformações sociais, econômicas e políticas a partir da globalização e da digitalização. Há uma reconfiguração do espaço urbano. As fronteiras foram mitigadas e a há relativização do poder do Estado. O entendimento de cidadania mudou com todas as mudanças sociais, mas continua sendo reflexo direto de como os direitos estão sendo respeitados pelo Estado. (2010.)

Interessante que Sassen vincula cidadania ao pertencimento, à identidade e à personalidade no mundo moderno. Inclusive, houve o surgimento de outras desigualdades sociais e o que ela denomina de cidadania desnacional. A cidade global passa a ser palco de poder político, para lutar por direitos e para novo tipo de atores e projetos políticos. (2010.)

Ainda, nesse tópico, é importante trazer que em sua obra *A condição humana*, Arendt destaca a tríade para compreender o homem do século XX: trabalho, obra e ação. De maneira resumida e objetiva é possível entender a tríade como: o trabalho representa o íntimo, o privado, o que mantém a vida e o próprio corpo, ou seja, a sobrevivência, atividades vitais do processo biológico humano; a obra é o público, é atividade, o produto, o artefato humano, o mundo artificial; e a ação é justamente a essência do ser humano que só pode ser realizada no espaço público. (2020, p. 74.)

O trabalho assegura não apenas a sobrevivência do indivíduo, mas a vida da espécie. A obra e seu produto, o artefato humano, conferem uma medida de permanência e durabilidade à futilidade da vida mortal e ao caráter efêmero do tempo humano. A ação, na medida em que se empenha em fundar e preservar corpos políticos, cria a condição para a lembrança [remembrance], ou seja, para a história. (Arendt, 2020, p. 76.)

O homem é um ser condicionado ao mundo natural disponível e às coisas dadas pelo mundo criado pelo próprio homem:

A condição humana compreende algo mais que as condições nas quais a vida foi dada ao homem. Os homens são seres condicionados: tudo aquilo com o qual eles entram em contato torna-se imediatamente uma condição de sua existência. O mundo no qual transcorre a *vita activa* consiste em coisas produzidas pelas atividades humanas; mas, constantemente, as coisas devem sua existência exclusivamente aos homens também condicionam os seus autores humanos. Além das condições nas quais a vida é dada aos homens na Terra e, até certo ponto, a partir delas, os homens constantemente criam as suas próprias condições que, a despeito de sua variabilidade e sua origem humana, possuem a mesma força condicionante das coisas naturais. (Arendt, 2020, p. 76.)

Se o ser humano é condicionado ao que a ele é proporcionado, é possível vislumbrar que havendo diferenças entre os recursos apresentados entre os sujeitos, haverá, então, divergências na construção desse indivíduo – identidade. Além disso, será possível também observar uma discrepância nos grupos sociais organizados seja por raça, cor, classe, gênero, pois há desigualdades entre eles. Afinal, a identidade também tem seu aspecto social.

Hanna Arendt é pontual ao reconhecer a importância da liberdade e que é preciso manter a esperança de mudanças e que a política é quem garantirá mudanças. Ao passo que a política pode destruir a vida humana, ela também pode garantir a sua existência. “O milagre da liberdade está contido nesse poder-começar que, por seu lado, está contido no fato de que cada homem é em si um novo começo, uma vez que, por meio do nascimento veio ao mundo que existia antes dele e vai continuar depois dele. (Arendt, 2007, p. 43.)

Para Arendt, é no domínio público, na ação, que há mudanças e o que realmente interessa. É o espaço público o lugar para transformações e onde se materializa a cidadania. Muito forte e pertinente o entendimento dela que: “Se o mundo deve conter um espaço público, não pode ser construído apenas para uma geração e planejado somente para os que estão vivos, mas tem de transcender a duração da vida de homens mortais.” (2020, p. 132.)

O espaço público deve ser visto e encarado como lugar adequado para realização pessoal e social do ser humano de modo que trazer a música para esse ambiente mostra-se especial instrumento para condição humana, na esperança de que “Tudo o que espontaneamente adentra o mundo humano, ou para ele é trazido pelo esforço humano, torna-se parte da condição humana.” (Arendt, 2020, p. 17.)

Ao observar os índices brasileiros, comprova-se o que é de conhecimento comum – trata-se de um país de grandes, inúmeras e multidimensionais desigualdades sociais. Os números provam o que os olhos enxergam nas cidades – um grande divisor entre pobres, ricos, brancos, negros, mulheres, homens, quem tem escolaridade, quem não a tem, dentre outros tantos aspectos que a limitação da natureza do presente estudo acaba por delimitar.

A pergunta que pode surgir nesse ponto da pesquisa é que relação possui, então, os temas identidade e desigualdades sociais? Ao entender que identidade está estreitamente relacionada às relações sociais do ser humano, reconhecendo a importância do contexto social vivenciado pelo sujeito, tem-se que a identidade (seja ela social, cultural, pessoal) está diretamente vinculada às condições econômicas e sociais.

A identidade social que permite que o sujeito se localize. A identidade social de uma pessoa é definida pelas diversas conexões que estabelece dentro de um sistema social, como a pertença a um gênero, a uma faixa etária, a uma classe social ou a uma nacionalidade. É por meio dessa identidade que o indivíduo consegue se situar na sociedade e, ao mesmo tempo, ser reconhecido socialmente (Cuche (1999). Ainda, “a identidade social se refere ao modo como nós, enquanto indivíduos, nos posicionamos na sociedade em que vivemos e o modo como percebemos os outros nos posicionando. As identidades sociais provêm das várias relações sociais que as pessoas vivem e nas quais se engajam.”. (Bradley, 1996, p. 24)

Cada sujeito desenvolve vários papéis em sociedade, nos diversos grupos que frequenta, começando na entidade familiar, passando pelo contexto de trabalho, estudos em geral, igreja, amigos, vizinhança etc. de modo que como será desenvolvida a identidade de cada um dependerá dos contextos visitados, dos lugares frequentados, das pessoas com quem se relaciona e do que foi exposto a ele e como ele receberá cada relação apresentada. Até mesmo o olhar para a sua própria existência será moldado pelo que viveu e vive no seu dia a dia.

Enfim, pode-se afirmar que o espaço público, segundo Hannah Arendt, configura-se como o *locus* da identidade e da emancipação social, na medida em que é o ambiente onde os indivíduos, através da ação e da palavra, revelam quem são e participam da construção do mundo comum. Nesse sentido, a cidade, enquanto forma privilegiada de espaço público, assume papel central na constituição das identidades contemporâneas.

Saskia Sassen destaca que as cidades não apenas concentram atividades econômicas e fluxos globais, mas também funcionam como arenas de visibilidade social e de reivindicação de direitos, espaços onde novas subjetividades e pertencimentos são forjados. No contexto brasileiro, contudo, as profundas desigualdades sociais impõem barreiras ao pleno exercício da cidadania e limitam o acesso igualitário aos espaços urbanos, comprometendo a possibilidade de reconhecimento e construção identitária para parcelas significativas da população. Assim, a análise da identidade social no Brasil requer uma compreensão crítica da dinâmica urbana e das assimetrias estruturais que atravessam o espaço público.

Reconhecer a importância das cidades na contemporaneidade, num contexto de intensa transformações que marcam a pós-modernidade de relações fluídas, num panorama de tantas desigualdades sociais é um fardo pesado e cheio de complexidades e desafios que precisam ser enfrentados em próprios capítulos da ciência social humana que não pode deixar de enxergar a importância de enxergar que as pessoas no Brasil não possuem as mesmas oportunidades e condições de serem, de existirem, de ter uma identidade construída no mesmo “solo fértil”.

5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa tem por finalidade instigar a reflexão crítica do leitor sobre identidade no contexto de desigualdades sociais, constituindo o ponto de partida para uma jornada de estudos mais aprofundados sobre as temáticas suscitadas. A análise dos indicadores sociais brasileiros, sob a ótica da identidade, revela um vasto campo de investigações de grande relevância, abrangendo, entre outros aspectos, os efeitos da estigmatização social na formação identitária, o papel das políticas públicas na promoção e proteção da identidade social, bem como as consequências da colonização na construção social do país.

É inegável que a abordagem de diversos conceitos, tanto no âmbito do Direito quanto em outras áreas do conhecimento, especialmente nas ciências humanas e sociais, exige a consideração de indicadores concretos que permitam a adequada compreensão do contexto observado e estudado. No que tange à identidade no Brasil, torna-se imprescindível apreender a realidade vivenciada pelo povo brasileiro no cotidiano, compreender as dinâmicas sociais em curso, reconhecer o papel central das cidades na contemporaneidade e destacar que a sociedade moderna está em constante processo de transformação. Ademais, é essencial adotar uma perspectiva social crítica acerca da construção da identidade nacional.

Para fins conclusivos, reafirma-se a importância da análise crítica dos indicadores sociais como instrumento fundamental para a compreensão da identidade no Brasil

contemporâneo. A pesquisa propôs-se analisar a complexidade da construção social da identidade, evidenciando que seu estudo demanda não apenas a observação dos fenômenos sociais, mas também uma constante atualização teórica e metodológica. Assim, reconhece-se que os temas abordados constituem apenas o início de um percurso investigativo mais amplo, cuja continuidade se revela necessária para a efetiva promoção de políticas públicas inclusivas e para o fortalecimento da dignidade humana em sua dimensão cultural e social.

REFERÊNCIAS

ABCD. **Relatório do Observatório Brasileiro das Desigualdades 2024: Pacto Nacional pelo Combate às Desigualdades**. Disponível em: https://combateasdesigualdades.org/wp-content/uploads/2024/09/RELATORIO_2024_v3-1.pdf. Acesso em: 21 nov. 2024.

ARENDT, H. **A condição humana**. Roberto Raposo (Trad.); Adriano Correia (Rev.) 13. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020.

_____. **O que é política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

ASCHER, F. **Os novos princípios do urbanismo**. Nadia Somekh (Trad.) São Paulo: Romano Guerar, 2010.

ASTOLFI, B. C; FIGUEIRA, E. M.; SILVEIRA JUNIOR, J. A. da; NASCIMENTO, D. T. Os indicadores sociais no ciclo de políticas públicas: uma revisão sistemática dos últimos cinco anos. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, vol. 13, n. 2, p. 51 - 72, 2023.

BAUMAN, Z. **Identidade**: Entrevista a Benedetto Vecchi. Carlos Alberto Medeiros (Trad.). Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

_____. **Modernidade Líquida**. Plínio Dentzien (Trad.) Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BERLATTO, Odir. **Revista do Curso de Direito da FSG**, Caxias do Sul. A construção da identidade social. ano 3 n. 5 jan./jun. 2009. p. 141-151.

BITTAR, E. C. B. O direito na pós-modernidade. **Revista Sequência**. n. 57, p. 131-152, dez. 2008.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **MEC e Inep divulgam resultado do Censo Superior 2023**. Portal Inep, 15 abr. 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-da-educacao-superior/mec-e-inep-divulgam-resultado-do-censo-superior-2023>>. Acesso em: 25 abr. 2025.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. **Extrema pobreza no Brasil tem queda de 40% em 2023**. Portal Gov.br, 02 ago. 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/08/extrema-pobreza-no-brasil-tem-queda-de-40-em-2023>>. Acesso em: 25 abr. 2025.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. **Mercado de trabalho aquecido e Bolsa Família levam Brasil à maior redução da desigualdade social dos últimos anos**. Portal Gov.br, 15 abr. 2025. Disponível em: <<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2025/04/mercado-de-trabalho-aquecido-e-bolsa-familia-levam-brasil-a-maior-reducao-da-desigualdade-social-dos-ultimos-anos>>. Acesso em: 25 abr. 2025.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.
HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro (Trad.). 12. ed. Lamparina: Rio de Janeiro, 2020.

IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INPE, Diretoria de Estatísticas Educacionais. **Censo da Educação Superior 2023**. Divulgação dos Resultados. Brasília, 2024. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2023/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2023.pdf. Acesso em 21 nov. 2024.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas do desenvolvimento humano nas regiões metropolitanas brasileiras**. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/atlasdodesenvolvimentohumanorms_medindo.pdf. Acesso em: 4 jun. 2024.

MARTINS, L. M. **A formação social da personalidade do professor: um enfoque vigotskiano**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

MDS. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate a Fome. **Mensuração da pobreza no Brasil: uma abordagem multidimensional**. 2023. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/estudo_pesquisa/estudo_pesquisa_297.pdf. Acesso em: 25 abr. 2025.

MORIN, E. **Ensinar a viver: manifesto para mudar a educação**. Edgard de Assis Carvalho e Mariza Perassi Bosco (Trad.). Porto Alegre: Sulina, 2015.

SCHONARDIE, E. F. Direitos Humanos e desigualdades sociais: alguns aspectos teóricos para sua compreensão e mensuração. **Direitos Humanos e Democracia: anuário do Programa de pós-graduação em Direito da Unijuí**. Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth; Joice Graciele Nielsson; Joice Graciele; Daniel Rubens Cenci (Org.). Ijuí: Unijuí, 2024. p. 171 – 187.

TAILLE, Y. de L. O lugar da interação social na concepção de Jean Piaget. TAILLE, Yves de La; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloysa. **Piaget, Vigotski, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo: Summus, 2019. P. 12-24.

TAYLOR, C. **As fontes do self: a construção da identidade moderna**. Adail Ubiraja Sobral, Dinah de Abreu Azevedo (trad.) 4. ed. São Paulo: Loyola, 2013.

TILIO, R. Reflexões Acerca do Conceito de Identidade. **Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades**. v. VIII. n. XXIX. Abr-Jun 2009. p. 109-119.

VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. Michael Cole... [et al.] (Org.) José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche (trad.) 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ZEIFERT, A. P. B. A Pobreza e suas Múltiplas Dimensões: elementos Constitutivos da naturalização de sociedades desiguais. **Direitos Humanos e Democracia**: anuário do Programa de pós-graduação em Direito da Unijuí. Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth; Joice Graciele Nielsson; Joice Graciele; Daniel Rubens Cenci (Org.) Ijuí: Unijuí, 2024. p. 141 – 153.